



**GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE***

# ACNUR

**Alto Comissariado das Nações Unidas  
para Refugiados**



**FAAP**  
*Desde 1947*



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO



FÓRUM  
**FAAP**  
DE DISCUSSÃO  
ESTUDANTIL

**GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE***

De 17 a 20 de abril de 2019  
São Paulo  
[www.faap.br](http://www.faap.br)  
[forumfaap\\_com@faap.br](mailto:forumfaap_com@faap.br)  
(11) 3662-7262



# FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

## CONSELHO DE CURADORES

### Presidente

Sr<sup>a</sup>. Celita Procopio de Carvalho

### Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr<sup>a</sup>. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

## DIRETORIA EXECUTIVA

### Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

## ASSESSORIA DA DIRETORIA

### Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

### Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

## FACULDADE ARMANDO ALVARES PENTEADO

### Diretor

Embaixador Rubens Ricupero

### Coordenação dos cursos de Relações Internacionais e Economia

Prof<sup>a</sup>. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

### Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg



## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Caros delegados,

Sejam bem-vindos ao comitê do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na XVI edição do Fórum FAAP de Discussão Estudantil.

Sua criação, em 1950, buscava prestar assistência aos refugiados da Segunda Grande Guerra, zelando pelos direitos humanos dessas pessoas. A sua área de atuação, hoje mais abrangente e efetiva, se estende do controle à orientação dos refugiados de seus países de origem aos Estados que os acolheram.

A situação dos refugiados venezuelanos, como recorte temático, abrange diversos tópicos para discussão que incluem a situação política, o caráter econômico e as consequências para a política externa tanto da própria Venezuela quanto dos países que se encontram nas proximidades ou que mantêm algum acordo comercial.

Considerando esses itens para reflexão de estudos e andamento do debate, nós, da mesa diretora, nos colocamos à disposição para auxiliá-los e desejamos a todos boas discussões e um bom proveito do XVI Fórum FAAP.

**Isabella Felix**  
**Lethicia Gomes**  
**Luiza Agassi**



## 1. HISTÓRICO DO COMITÊ

O dever dos países para com seus habitantes é proteger e garantir seus direitos básicos assim como sua integridade física e mental. Contudo, no caso dos refugiados, os países de origem mostraram-se inaptos de prover essa garantia. Considerando o temor dos refugiados em relação ao país de sua nacionalidade e, os eventos que promoveram as ondas migratórias, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, criou um órgão temporário para lidar com o cenário, fundando a Organização Internacional para Refugiados (OIR). Sua principal atuação foi dentro dos campos de refugiados. Entretanto, a instituição foi encerrada, tendo seus trabalhos absolvidos pela entidade então criada: Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O ACNUR foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951 com um mandato inicial de três anos para auxiliar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre

Refugiados, em que um refugiado é uma pessoa “Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. O Protocolo de 1967 reformou a Convenção de 1951 e expandiu o mandato do ACNUR para além das fronteiras europeias e das pessoas afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Em 1995, a Assembleia-Geral designou o ACNUR como responsável pela proteção e assistência dos refugiados em todo o mundo.

A instituição trabalha para assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, caso deseje, regressar ao seu país de origem de forma segura. Não sendo uma organização supranacional, o ACNUR não pode substituir a proteção dada pelas autoridades nacionais. Seu papel principal é assegurar que os Estados estejam conscientes das suas obrigações de



prover proteção a toda e qualquer pessoa que busque refúgio, promovendo a criação e a garantia da implementação dos direitos dos refugiados dentro do Direito Internacional. Além disso, a agência é responsável por proteger a vida dos indivíduos em estado de refúgio e incentivar políticas de inclusão social e econômica nos países receptores.

Nas últimas décadas, as movimentações forçadas atingiram níveis excessivos, mais de 67 milhões de pessoas abandonaram seu país de origem por conta da grave violação de direitos humanos. Dentro desse número, aproximadamente 22 milhões cruzaram uma fronteira internacional na pretensão de proteção, sendo reconhecidas como refugiadas. Em razão do seu trabalho humanitário provendo auxílio à população apátrida ao decorrer dos anos, o ACNUR recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). No entanto, sua atuação diante a descolonização da África foi o momento mais simbólico dentro da história da instituição. O órgão da ONU deu assistência a mais de 18 milhões de emigrados reunidos no continente, não só enviando alimentos e medicamentos para os campos de refugiados, mas

também, promovendo educação nesses locais e, além disso, buscou por políticas que garantissem a segurança e o fim da violência sexual.

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados se mantém por meio de contribuições voluntárias de países, além de doações arrecadadas junto ao setor privado e doadores individuais. A instituição tem um desempenho ativo nas redes sociais com o intuito de conseguir o maior apoio civil. Ao decorrer de sua história, colaboradores famosos, como Sophia Loren e Angelina Jolie, ajudaram com o trabalho da fundação, trazendo mais visibilidade para a instituição, uma maior influência entre os líderes mundiais e um aumento considerável na quantidade de doações. Atualmente, o orçamento anual da agência ultrapassa sete bilhões de dólares. Em 19 de setembro de 2016, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou um compromisso para a proteção de refugiados e migrantes, tal compromisso ficou conhecido como a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, em que todos os 193 Países-membros das Nações Unidas concordaram que proteger aqueles forçados a fugir e apoiar países que os abrigam são



responsabilidades internacionais compartilhadas que devem ser sustentadas da forma mais igualitária e previsível. O ACNUR, então, ficou responsável por desenvolver o Marco Integral de Resposta aos Refugiados para um “pacto global sobre refugiados”, uma oportunidade única para fortalecer a resposta internacional a grandes movimentos de foragidos e a situações prolongadas de refugiados.

## 2. HISTÓRICO DO PROBLEMA

Desde a descoberta e exploração comercial do petróleo, ao decorrer dos anos de 1920, o recurso foi o principal fator responsável por alavancar a economia venezuelana. Esse modelo petroleiro rentista sempre fora controlado pela elite oligárquica do país, famílias descendentes dos colonizadores espanhóis, os quais priorizavam a conservação de seu poder acima do investimento na produtividade e desenvolvimento da Venezuela. Sendo assim, sua população sofre, historicamente, com a corrupção, exploração do trabalho e grande desigualdade social.

Em 1958, os líderes dos três principais partidos

de centro-direita da Venezuela – Acción Democrática (AD), Unión Republicana Democrática (URD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) – firmaram um acordo de governabilidade, nomeado Pacto de Punto Fijo, em prol da derrubada do governo ditatorial de Marcos Peres Jimenes (1952-1958) e em defesa do reestabelecimento da democracia.

As características centrais do Pacto de Punto Fijo foram: o estabelecimento de uma democracia representativa; a definição de regras que garantiriam a competição mais ou menos equilibrada entre os partidos dominantes (AD e COPEI) e o estabelecimento de um conjunto de acordos, formais e informais, entre as elites políticas, os setores empresariais, os sindicatos e outros grupos sociais, que serviam como mecanismos institucionais para canalizar as demandas da sociedade e dirimir as controvérsias políticas.

O regime puntofijista foi, portanto, um sistema de repartição do poder político no qual os partidos tinham um papel central e dividiam, por isso, a renda petroleira entre os atores que julgavam centrais a estabilidade democrática,



assim excluindo os setores populares da disputa política. Desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, a economia venezuelana desfrutava de certa estabilidade, a qual fora elevada à prosperidade com a “Crise do Petróleo” no decorrer dos anos de 1970. Como consequência da ascensão econômica, Carlos Andrés Pérez (AD), presidente eleito no período, investira amplamente em serviços públicos e na privatização do setor petrolífero com a criação da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA). O aumento dos gastos públicos e da dívida externa foi a herança do período de alta, guiando o país a uma severa crise econômica e social no fim dos anos 80, com a desvalorização do petróleo, culminando no disparado aumento da inflação.

Reeleito em 1989, reflexo do período próspero vivido na última década, Carlos Andrés Pérez assumiu parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de conseguir um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares para suprir as dívidas do país. Dessa forma, Pérez anunciou um plano econômico que seguia as exigências neoliberais do FMI, as quais resultaram em um aumento significativo da gasolina, das passagens

de transporte público e dos alimentos. Revoltados, os habitantes de Caracas, capital venezuelana, saíram às ruas para saquear os mercados e comércios em busca de produtos de necessidade básica. O evento que ficou conhecido como Caracazo foi marcado por grandes enfileiramentos, deixando milhares de vítimas e determinando o colapso do modelo puntofijista.

Tamãha crise político-social possibilitou a ascensão de movimentos opositores ao governo vigente, tais como o Movimiento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), formado por militares de baixa patente do exército nacional, sendo um de seus integrantes o tenente-coronel Hugo Chávez Frías. O grupo ganhou credibilidade por defender ideais bolivarianos, os quais enaltecem a luta socialista, levantando questões como a igualdade social por meio da divisão igualitária de terra entre a população. Após fracassar em sua tentativa de golpe ao governo de André Pérez, em 1992, Chávez foi detido e adquiriu *status* de “herói”.

Após dois anos encarcerado, recebeu indulto do presidente eleito em 1994, Rafael Caldera, e





percorreu o país propagando o bolivarianismo, pautando sua campanha eleitoral no combate à pobreza e à desigualdade social, conquistando a confiança e a simpatia da população. Hugo Chávez foi eleito em 1998, colocando em ação a chamada “Revolução Bolivariana”. Em 1999, alterou o nome oficial do país para “República Bolivariana da Venezuela” e reuniu uma Assembleia Constituinte visando propor uma nova Constituição Venezuelana, sendo o processo votado pela população e aprovado com 70% dos votos.

Além da mudança Constitucional, foi aprovada no mesmo ano a chamada “Lei Habilitante”, a qual confere poderes legislativos ao presidente, incluindo a possibilidade de reeleger-se ilimitadamente. Em paralelo ao início do governo chavista, o preço do petróleo elevou-se de forma considerável e serviu de sustento aos investimentos nos programas de bem-estar social prometidos por Chávez. Portanto, percebe-se que o petróleo representa, aos venezuelanos, o maior fator modelador político-social, pois a ascensão econômica possibilitou a distribuição de renda e redução da pobreza prometidos pelo presidente em sua campanha eleitoral, proporcionando as

condições ideais para suavizar os conflitos sociais e permitindo a permanência de um governo repressor e de apelo ditatorial no poder por 14 anos.

O ano de 2013 foi marcado pelo início de uma crise política, em que, de um lado, a oposição cansou dos abusos do poder por parte do governo chavista e, de outro, os defensores bolivarianos defendiam fortemente seu chefe de Estado. O ex-presidente foi reeleito pela quarta vez, mas não chegou a exercer o cargo, pois faleceu, vítima de câncer, dando o cargo ao seu vice, Nicolás Maduro Moros. A drástica queda no preço do barril do petróleo em 2014 desencadeou uma crise econômica que acentuou a crise política vivida pelo país, decorrendo na queda da taxa de aprovação de Maduro. A impopularidade do presidente conferiu força à oposição, que entrou com um pedido de plebiscito para a revogação do mandato do presidente. Esse mecanismo está previsto na Constituição venezuelana e diz que um presidente pode ser retirado do poder por votação popular.

Desde 2016, a oposição tenta realizar o plebiscito, precisando coletar a assinatura de, no mínimo,



20% da população, porém o governo de Maduro, buscando manter-se no poder, anulou a coleta em três Estados sob a justificativa de fraude. As eleições parlamentares do ano anterior demonstraram a insatisfação popular para com o governo chavista ao serem eleitos 112 deputados da oposição contra 51 do Partido Socialista Unido da Venezuela (partido de Chávez e Maduro), determinando a primeira derrota do modelo chavista em 17 anos. No entanto, a vitória dos opositores não durou muito tempo, pois em 2017, Maduro convocou uma Assembleia Constituinte e obteve a aprovação do decreto de dissolução do Parlamento venezuelano sob o pretexto de recuperar a estabilidade político-social do país com a intenção de acalmar os conflitos populares.

Esta manobra política acarretou críticas e desaprovações ao governo vigente por parte de outros Estados, pois demonstrou grande infidelidade ao regime democrático. Desde então, a crise política, econômica e social no país latino-americano toma proporções maiores, atingindo níveis extraordinários de violência, pobreza e desabastecimento. “A situação dentro do país governado por Nicolás Maduro já levou 2,3

milhões de pessoas a deixar o território. Desde 2015, 1,6 milhões de venezuelanos saíram da nação. Atualmente, 90% dos cidadãos expatriados estão em outras nações da América do Sul”<sup>3</sup>. Dados do ACNUR apontam que cerca de 5 mil venezuelanos abandonam o país por dia. Atualmente, o governo venezuelano sofre a maior crise humanitária de sua história: violência generalizada desencadeada por conflitos políticos, beirando à guerra uma civil; os níveis de pobreza atingindo 87% da população, da qual 60% emagreceu 11kg no último ano por fome; hiperinflação ameaçando ultrapassar 1.000.000% em 2019. É, de fato, um cenário sem precedentes na história do país.

### **3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA**

A Venezuela vem enfrentando nos últimos anos o que especialistas classificam como a maior crise da história do país. A inflação nas alturas, o desemprego, a escassez de alimentos, remédios e produtos básicos e a crescente violência têm impulsionado uma onda migratória de proporções imensas. Segundo a ONU, cerca de



2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país e mais de 50 mil deles entraram no Brasil (dados de até abril de 2018); isso significa um aumento de 1000% em relação a 2015.

Para definir o que são pessoas refugiadas, é necessário mencionar brevemente os diferentes tipos de asilo e explicá-los. O asilo divide-se em territorial e diplomático:

a) Asilo territorial, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 14, é aquele que o indivíduo busca ao ter sua liberdade diminuída pelo país de residência; desde que tal diminuição não seja por razões criminosas ou atos que vão contra os princípios da ONU; b) Já o asilo diplomático, de acordo com a Convenção Sobre Asilo Diplomático de 1954, é aquele concedido àqueles que sofrem perseguição por motivos ou delitos políticos. Independente do tipo de asilo, o Estado não é obrigado a concedê-lo, porque, apesar do asilo ter a finalidade de proteger um ser humano, é considerado um direito do Estado e não do indivíduo.

Definidas as distinções entre os tipos de asilo, podemos analisar o conceito de refugiado. De

acordo com o Artigo 1º da convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951, um refugiado é, por definição, alguém que:

[...] temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país; ou que se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

De acordo com a Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA):

O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.



E por fim, segundo a Declaração de Cartagena de 1984:

[...] considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, ou seja, deve se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública, como está descrito no Artigo 2º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951:

Art. 2º - Obrigações gerais: Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública.

No entanto, os refugiados venezuelanos, assim como todo refugiado, também são protegidos por uma série de direitos, também citados na

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Um deles é de serem tratados como estrangeiros legais no país, ou seja, sem discriminação. Este pode ser considerado como um dos direitos mais importantes, porque sendo tratados como estrangeiros legais, devem-lhes ser garantidos todos os direitos dados aos demais habitantes do país, tais como moradia, emprego assalariado, educação, entre outros.

Os direitos dos refugiados estão vinculados também à Declaração Universal dos Direitos Humanos, afinal, estes se referem aos direitos de todo homem, entre os quais estão a liberdade e a consciência de que devemos agir fraternalmente com o outro:

### **ARTIGO 1**

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

### **ARTIGO 3**

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.



## ARTIGO 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

## ARTIGO 14

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

A convenção estabelece ao mesmo tempo as obrigações dos, atualmente, 148 Estados contratantes. Em linhas gerais os Estados devem:

- a) cumprir as medidas estabelecidas sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem;
- b) proporcionar aos refugiados liberdade de praticar a sua religião e liberdade de instrução religiosa dos seus filhos;
- c) conceder aos refugiados o regime que concede aos estrangeiros em geral, salvo as disposições mais favoráveis previstas pela conven-

ção; d) conceder livre e fácil acesso aos tribunais;

- e) garantir a todo refugiado direitos de associação, oportunidades de profissões assalariadas, não assalariadas e liberais;
- f) oferecer alojamento, educação pública, assistência pública;
- g) inserir os refugiados na legislação do trabalho e previdência social;
- h) conceder assistência administrativa, liberdade de movimento, papéis de identidade, documentos de viagem e permitir transferência de bens;
- i) não expulsar um refugiado que se encontre regularmente no seu território senão por motivos de segurança nacional ou de ordem pública;
- j) facilitar, na medida do possível, a assimilação e a naturalização dos refugiados.

Esforçar-se notadamente para acelerar o processo de naturalização e reduzir, na medida do possível, as taxas e despesas desse processo.

Apesar de a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 ser assinada por tantos países e garantir, na teoria, o melhor tratamento possível para refugiados e seus direitos serem bem explicados e abrangentes, não é essa a realidade que enfrentam ao entrarem em outro país. A falta de moradia e o acesso ao mercado de trabalho são os principais desafios enfrentados atualmente pelos refugiados. Além



disso, pode-se citar também a dificuldade no acesso à educação, à saúde, à documentação e à discriminação. Quando chegam ao país de escolha, os refugiados venezuelanos encontram na maioria das vezes uma fronteira desprovida de serviços públicos, com atendimento em saúde, segurança e educação muito limitados; faltam políticas públicas e oportunidades. Em relação ao mercado de trabalho, alguns imigrantes conseguem ser contratados, mas muitos deles acabam sendo explorados ou em condições análogas à escravidão. Ou seja, na prática pessoas na condição de refugiadas enfrentam uma verdadeira saga ao tentarem se adaptar em um novo país.

“Foi muito difícil tomar a decisão de sair do meu país, nunca pensei na vida ter que fazer isso, mas no último ano a situação de crise me abalou muito e eu senti que precisava fazer algo por mim e pelos meus filhos. A parte mais difícil de viver como imigrante é estabelecer meu espaço e iniciar um projeto de vida muito oposto ao que eu tinha.”

Eucaris Avila, venezuelana

Mesmo com a constante criação de projetos para adaptação e preparação de refugiados para a

vida no novo país feitos por organizações dedicadas a essas pessoas, como o ACNUR, garantir que os refugiados sintam-se de fato inseridos no meio é um grande desafio. Um dos maiores obstáculos para esse fim é a xenofobia. Por definição, xenofobia é o medo, aversão ou a profunda antipatia em relação a pessoas que vêm de fora do seu país ou estado com uma cultura, hábito, raça ou religião diferente; a xenofobia, portanto, trata-se de racismo, preconceito e discriminação, tanto cultural, racial, quanto econômico e social; representando um bloqueio para a adaptação de um refugiado.

De fato existe uma intolerância dos países em receber refugiados. Por trás dessa rejeição há uma inegável questão cultural e política, porém não se pode negar que há também uma discussão econômica que não deve ser deixada de lado. A decisão de abrir as portas do país para pessoas solicitantes de refúgio não se trata só de uma questão humanitária, mas também logística-econômica e merece atenção. Quando o assunto é acolhimento de refugiados, países pouco desenvolvidos são os ocupantes das três primeiras posições, o que agrava os impactos econômicos



causados por estas pessoas no país que as abriga, bem como as imperfeições no atendimento de suas necessidades. Trazendo isso para o espectro do tema dessa discussão, observa-se que, devido à posição geográfica da Venezuela, os países que mais recebem seus refugiados são países latino-americanos ainda pouco desenvolvidos (México, Colômbia, Panamá, Equador, Brasil, Peru, Chile, Argentina) em comparação aos de outros continentes, como a Europa por exemplo. Em curto prazo, os refugiados geram gastos para os países que os acolhem, uma vez que necessitam de apoio do governo para se estabilizarem e terem uma condição de vida minimamente digna e melhor da que lhes era proporcionada no país de destino, o que gera impactos negativos para a economia nacional. Vale ressaltar que a receita de um Estado é, em teoria, feita para atender a população habitante e, nos países pouco desenvolvidos, essa conta geralmente já é deficitária, o que significa que para os próprios habitantes do país já não são garantidos perfeitamente seus direitos. Ou seja, a vinda de refugiados em massa, como é o caso desse debate, só piora a situação econômica do país que os abriga.

Porém, em longo prazo, o abrigo de refugiados pode ser benéfico para um país. Os refugiados passam a exercer um papel importante nos países que os acolhem, pois passam a atrair novos mercados, além de aumentarem a mão de obra qualificada e os salários dos habitantes nativos. Ou seja, podem gerar circulação de riquezas e crescimento da economia.

Conclui-se, então, que os refugiados venezuelanos, assim como todo refugiado, estão sujeitos a direitos e deveres, porém na prática - talvez devido à falta de preparação, tanto por parte dos Estados e da população, quanto dos próprios refugiados - nem todos esses direitos lhes são garantidos. Além disso, constata-se que os Estados possuem liberdade para escolherem se querem ou não abrigar um solicitante de refúgio; porém, uma vez aceito, eles possuem obrigações que, novamente na prática, não cumprem corretamente.

Diante das explicações dadas neste guia, e das recentes notícias, é possível perceber, frente a todas as dificuldades expostas, que grande é o desafio enfrentado por venezuelanos ao tentarem se adaptar em um novo país. E que impactos



econômicos são gerados com o abrigo dessas pessoas, principalmente por se tratarem de países pouco desenvolvidos, mas que também benefícios podem ser gerados para a economia do país que acolhe.

Portanto, cabe ao ACNUR discutir como melhorar, de forma geral, esse cenário e de que modo pode-se tornar o processo de refúgio benéfico para os dois lados, como diminuir ou amortecer os impactos negativos e valorizar os positivos. Além disso, não deixar de lado a questão do impacto cultural, os casos de xenofobia e discriminação, como melhor preparar as populações dos países acolhedores para receberem os refugiados, como melhor inseri-los em uma nova cultura e como aperfeiçoar - tornando efetivo - o processo de ressocialização dos refugiados. Cabe ao ACNUR desenvolver propostas de resolução dessas questões sem interferir na soberania dos países, a fim de melhorar, da forma mais humanitária e econômica possível, a vida dos refugiados venezuelanos.

### PERGUNTAS MOTIVADORAS

- 1) Como melhorar a condição de vida dos refugiados?
- 2) Como preparar as fronteiras para melhor recebê-los?
- 3) De que forma pode-se tornar o abrigo de refugiados venezuelanos benéfico para os países?
- 4) Como diminuir a xenofobia?
- 5) Como ressocializar os refugiados de forma a manter o equilíbrio socioeconômico de um país?
- 6) De que maneira evitar a ilegalidade dos refugiados?
- 7) Como incentivar o acolhimento desses indivíduos por parte da população nativa?
- 8) O que os refugiados venezuelanos têm a oferecer, tanto no âmbito cultural quanto econômico para os países que os acolhem?





## **4. PANORAMAS**

### **4.1. ÁFRICA DO SUL**

A África do Sul foi um dos destinos preferidos de emigrados no mundo, principalmente para refugiados pertencentes à comunidade LGBT e, mesmo com a intensificação dos conflitos em seu território no período de 2015, deixando ainda mais precárias as circunstâncias dos foragidos, mais de três milhões de refugiados de guerra, questões políticas ou econômicas vivem no local.

### **4.2. ALEMANHA**

O governo alemão é considerado a vanguarda em relação à solidariedade internacional com refugiados, visto que em 2018 o país abrigou 10 mil foragidos em seu território de países como: Afeganistão, Iraque, Paquistão e Síria. A Alemanha tem demonstrado interesse na situação atual da Venezuela, sendo a favor de propostas humanitárias a fim de solucionar o problema do país. Entretanto, a qualidade de vida dos refugiados em território alemão não é considerada uma das melhores, esse fato se sustenta por conta dos casos de xenofobia.

### **4.3. ARÁBIA SAUDITA**

A Arábia Saudita é um dos países que mais coopera para com os mecanismos de ajuda aos refugiados que se traduz em cifras, ou seja, costuma contribuir com doações para fornecer uma melhor condição aos foragidos. Em janeiro de 2013, o reino participou da Conferência dos Doadores dos Países do Golfo, em que doou 213 milhões de dólares para a causa dos refugiados, em 2014 a doação saudita chegou a 755 milhões de dólares. Por outro lado, o país é considerado o que menos oferece asilo a emigrados em seu território.

### **4.4. ARGENTINA**

Os países da América Latina foram os mais afetados com a crise de refugiados venezuelanos. A Argentina tem mostrado relevância em tal assunto, visto suas propostas de medidas humanitárias com o objetivo de remediar a escassez de alimentos e recursos médicos na Venezuela. Além disso, o país abrigou, legalmente, cerca de 78 mil venezuelanos em maio de 2018, mas ainda assim o governo argentino conta com solicitações de refúgio.



### **4.5. AUSTRÁLIA**

O governo australiano não é o mais receptivo quando se trata de foragidos. Seu histórico de tentativas para dissuadir refugiados prossegue. O país detém medidas drásticas para impedir a entrada de imigrantes em seu território. Além disso, as condições de asilo são extremamente precárias e desumanas.

### **4.6. BARBADOS**

Barbados é um país insular situado no Caribe, que contribui, diretamente, com auxílio a refugiados, mantendo um nível elevado de padrões de proteção, tanto internacional quanto regional. O governo do Caribe visa acabar com a difícil condição enfrentada pelas pessoas apátridas presentes em sua região, mantendo uma louvável política de “portas abertas” para emigrados. Entretanto, a maioria dos países não tem leis para regulamentar o processo de solicitação de refúgio.

### **4.7. BAHAMAS**

Bahamas é um país constituído por mais de três

mil ilhas situado no Caribe. Com o governo do Caribe tendo uma política de “portas abertas” e contribuindo com os mais elevados níveis de proteção visando o bem-estar dos refugiados em seu território, Bahamas mantém uma direção de assessoria para com os emigrados. Contudo, nenhum país do Caribe adotou uma permissão especial à residência legal de fugitivos venezuelanos.

### **4.8. BRASIL**

O Brasil é um país situado na América Latina que faz fronteira com a Venezuela. No atual cenário de intensificação da crise no território, 128 mil venezuelanos cruzaram a fronteira para o Brasil, mas apenas 50 mil pessoas se fixaram, criando uma concentração de foragidos na Zona Norte do País, mais especificamente em Pacaraima (Roraima). Pelo fato da fronteira com a Venezuela se dar numa região onde a infraestrutura é muito precária e numa área pouco povoada, o governo brasileiro editou uma medida provisória que visa providenciar assistência básica aos emigrados, fornecendo proteção social, saúde, educação, alimentação e segurança pública.



#### **4.9. BOTSWANA**

A República de Botswana é um país da África Austral, que possui um histórico de acolhimento para com refugiados. Em 2008, a onda de violência contra imigrantes do Zimbábwe e de outras nações africanas fez com que os imigrantes fugissem da África do Sul, tornando Botswana um de seus destinos. Em 2009, o ACNUR conseguiu implementar, com apoio dos Estados Unidos, um programa de prevenção e tratamento de HIV aos refugiados. Além disso, na década de 90, o país abrigou milhares de refugiados namibianos de Caprive.

#### **4.10. BULGÁRIA**

A Bulgária detém uma política cautelosa com refugiados em seu território. Em 2016, o país impediu, pela primeira vez, a entrada de foragidos por sua fronteira com a Grécia. O governo búlgaro se orgulha de possuir uma das fronteiras mais bem guardadas da Europa, que consiste em muros de arame farpados até o patrulhamento da divisa. Em 2018, a Bulgária tomou a decisão de não aderir ao Pacto Mundial das Nações Unidas para Migração, alegando que não seria o momento certo para aceitar o acordo.

#### **4.11. CINGAPURA**

A República da Cingapura consiste em uma pequena ilha localizada no sudeste asiático com uma população de aproximadamente cinco milhões de habitantes. Após a Guerra do Vietnã, refugiados saíram de seus países e foram em direção ao sudeste da Ásia em busca de asilo. Com essa crise de refugiados, o governo de Cingapura e o ACNUR concordaram com uma política de proteção tornando o país um local seguro para os foragidos. Contudo, com o aumento das solicitações de refúgio, o país começou a sofrer por superlotação. Desde então, ele se fechou para asilo, mantendo uma política firme sobre o assunto.

#### **4.12. CHILE**

O Chile é um dos destinos preferidos dos refugiados venezuelanos. O país tem abrigado 100 mil foragidos da Venezuela. Contudo, com a crescente solicitação de asilo, o Chile passou a exigir que os venezuelanos solicitem um visto em seu país de origem e apresentem passaporte. Tal requisito, não só, mas também de outros países da América Latina, significa de fato fechar as portas para muitos venezuelanos.



#### **4.13. CHIPRE**

O país se localiza a 160 quilômetros da Síria e “famílias sírias da cidade de Talkalakh cruzaram a fronteira com o Líbano, buscando refúgio no país vizinho”. Nos primeiros meses de 2018, o Chipre recebeu mais de quatro mil solicitações de asilo, além disso, cerca de 140 refugiados entraram em seu território irregularmente. O governo chipreano buscou auxílio com a União Europeia no intuito de travar a entrada de foragidos no país.

#### **4.14. CHINA**

A China se mostrou um país sensível em relação à possibilidade da necessidade de refugiados entrarem em seu país. Em 2017, o governo chinês passou a construir cinco campos de refugiados, próximos de sua fronteira com a Coreia do Norte, antecipando o fato da solicitação de refúgio dos norte-coreanos. Além disso, a China é considerada um dos países mais acolhedores em relação a refugiados, 46% da população diz estar disposta a disponibilizar asilo em sua própria casa.

#### **4.15. COREIA DO SUL**

A Coreia do Sul é considerada o milagre econômico asiático e, com apenas 30 anos de democracia, é vista como um modelo para muitos países. Sempre manteve uma política de “portas abertas” aos refugiados norte-coreanos. Entretanto, sendo um país que prioriza sua cultura, a população tem dificuldade de aceitar refugiados que não compartilham de seus costumes. Em 2018, a solicitação de asilo de mais de 500 iemenitas a Jeju, uma ilha da Coreia do Sul, gerou uma série de protestos da população, revelando que 90% do povo se sentem inseguros com a chegada dos refugiados, sendo assim, o país intensificou as leis que regem a entrada em seu território.

#### **4.16. EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

Possui histórico de importantes colaborações para com as missões do ACNUR, recebendo o reconhecimento do comitê em certas ocasiões. Foram grandes colaboradores em relação ao acolhimento de migrantes sírios, sendo o segundo maior fornecedor de assistência aos refugiados que residem em áreas urbanas e rurais da Jordânia.



#### **4.17. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

São os primeiros no *ranking* de maiores doadores do comitê ACNUR e os principais opositores, muito bem assumidos, do governo de Maduro e buscam pressionar o país por meio de sanções econômicas. Apesar da grande negação ao governo venezuelano vigente, o comportamento do país em relação aos cidadãos venezuelanos expressa o contrário. A rígida política de imigração do governo Trump, a qual nega asilo aos imigrantes e refugiados que entram de forma ilegal no país, tem afetado drasticamente os refugiados e imigrantes venezuelanos. Em 2017, foram deportados 250 venezuelanos que tiveram seu visto expirado e no ano de 2018, registrou-se 258 deportações e 265 detenções de imigrantes que aguardam deportação.

#### **4.18. ESPANHA**

Em 2018, permitiu que a embarcação “Aquarius” abarcasse em sua costa, ocorrido que gerou grande repercussão por incentivar os países integrantes da União Europeia a flexibilizarem em relação ao acolhimento de refugiados.

Atualmente, a justiça espanhola está mudando os critérios para autorização de residência de venezuelanos no país. Antes, o consentimento de asilo era dado a partir do cumprimento de certas exigências, tais como perseguições políticas ou religiosas, mas agora o Tribunal de Justiça espanhol concede asilo por razões humanitárias, visto que a população venezuelana sofre com a falta de alimentos, medicamentos e abrigo.

#### **4.19. FRANÇA**

Vem atuando em conjunto com a Espanha em manobras que incentivam a flexibilização da política de acolhimento de refugiados dos países integrantes da União Europeia, inclusive recebendo refugiados que estavam a bordo da embarcação “Aquarius”. A situação tem criado atritos entre o bloco Europeu devido à divergência de ideologias. Colaborou com o Brasil para as ações de acolhimento humanitário realizadas pela Cáritas Arquidiocesana em parceria com o ACNUR em Manaus, doando cerca de 200 mil euros.



### 4.20. GRÉCIA

O país não investe em projetos de ressocialização dos refugiados, sendo os centros de acolhimento descritos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “miseráveis, inadequados e em rápida deterioração” e suplicam ao governo grego que invista mais na ajuda aos milhares solicitantes de asilo.

### 4.21. ITÁLIA

O país possui certa resistência em relação ao acolhimento de refugiados a fim de preservar sua população de impactos econômicos e sociais. Por conta do demasiado fluxo migratório e da impossibilidade de negar acolhimento, defende que os restantes dos países pertencentes ao bloco europeu auxiliem no acolhimento, dividindo os refugiados pelos territórios, chegando a ameaçar impor sanções econômicas para pressioná-los a colaborar.

### 4.22. ÍNDIA

Apesar de não ser signatária da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967, referente ao estatuto de refugiados, é signatária de várias Convenções das Nações Unidas e dos Direitos Humanos, as quais tratam de questões de exilados e assuntos relacionados. Por conseguinte, as suas obrigações em relação aos refugiados decorrem das últimas. A Índia também votou afirmativamente para adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma direitos para todas as pessoas, cidadãos e não cidadãos.

### 4.23. IRLANDA

Rege sua política de acolhimento aos refugiados com base nos preceitos da União Europeia, portanto, é mais conservadora em relação ao acolhimento de migrantes. No entanto, assim como os outros integrantes do bloco europeu, sofre pressão para flexibilizar-se devido à grande crise migratória desencadeada desde 2016 pela crise síria. Assim como a Inglaterra, o governo irlandês tornou-se mais receptivo em relação ao acolhimento de refugiados, sendo parabenizado em 2016 pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.



#### **4.24. JAPÃO**

Um país historicamente blindado, em que a imigração é considerada um tabu, sofre pressões econômicas por conta da escassez de mão de obra e decide abrir suas fronteiras a estrangeiros em busca de saciar a demanda econômica. Dados constam que 2% da mão de obra japonesa em 2017 foi composta por estrangeiros, o equivalente a 1,28 milhão de trabalhadores.

#### **4.25. LÍBANO**

Vizinho e tradicional aliado da Síria é, atualmente, o país que abriga a maior quantidade de refugiados do mundo, possuindo em seu território um milhão de refugiados registrados e pelo menos outros 500 mil ilegais, equivalendo a um terço de sua população local. Atualmente, o governo libanês anunciou política mais restrita em relação às solicitações de refúgio, devido à demasiada quantidade de asilados em seu território.

#### **4.26. LIECHTENSTEIN**

Foram recebidos 117 pedidos de asilo de refugiados em 2017 no Liechtenstein - de acordo com o ACNUR. A maioria deles veio da Sérvia, Macedônia e Síria. Nas aplicações iniciais, 19 decisões foram adotadas. Desses, 47% foram respondidos positivamente. 53% dos pedidos de asilo foram rejeitados em primeira instância. Os mais bem-sucedidos foram pedidos de refugiados da Síria e da Sérvia.

#### **4.27. LUXEMBURGO**

É o país da União Europeia que mais acolheu refugiados, oferecendo boas qualidades de vida e de emprego. 45% da população estrangeira acreditam nas oportunidades do país. Desde o início de 2018 recebeu cerca de 1.698 pedidos de asilo, sendo a maior parte da população que solicitou proteção internacional originária da Síria, do Iraque e da Eritreia. Em outubro do ano passado, recebeu 178 pedidos de asilo e a direção da imigração atribuiu o estatuto de refugiado a 53 pessoas.



#### **4.28. MÉXICO**

Assim como diversos países da América Central, a população mexicana sofre amplamente com a violência provinda de gangues e outros crimes organizados. Em outubro de 2018, recebeu em sua fronteira uma caravana de migrantes hondurenhos que estavam rumo aos EUA em busca refúgio da drástica situação que vivem em seu país de origem. A barreira de policiais que os aguardava despertou um grande confronto e, por fim, alguns conseguiram atravessar a fronteira, mas a maioria seguiu presa no bloqueio montado pelas autoridades.

#### **4.29. NORUEGA**

Em junho de 2018, juntou-se aos outros oito países, integrantes da União Europeia, que manifestaram disponibilidade para acolher os 233 migrantes que desembarcaram em Malta depois de passarem seis dias no navio da ONG alemã Lifeline. O país escandinavo não é membro da União Europeia, mas faz parte do Espaço Econômico Europeu. O acordo prevê que os estados-membros da União Europeia (UE) distribuam

entre si os refugiados, mas só serão acolhidos os que “cumpram os requisitos para pedir asilo”, disse o primeiro-ministro maltês, Joseh Muscat.

#### **4.30. PAÍSES BAIXOS**

O plano Einstein é um projeto financiado pelo Fundo de Coesão da União Europeia, que tem por objetivo aperfeiçoar a relação entre a população local e os refugiados. Segundo a Utrecht University, o plano acolhe e integra os refugiados por meio de uma abordagem inovadora, tanto eles quanto a população melhoram as suas perspectivas profissionais com cursos e atividades. Os refugiados vivem com a população local propiciando-lhes uma rede social e contatos com os vizinhos e, além disso, o instituto estuda aspectos fundamentais dos direitos humanos e noções legais de justiça e dignidade humana.

#### **4.31. PANAMÁ**

O Panamá foi um dos países que ratificou a Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre Refugiados. Devido à sua posição geográfica, é um





importante local de passagem de processos migratórios, entre os quais estão os casos de refugiados. De acordo com o próprio ACNUR, no Panamá, refugiados enfrentam várias dificuldades no acesso aos direitos humanos mais básicos, como o direito ao trabalho, à educação, à moradia e à saúde, o que acarreta uma série de consequências para a integração da população refugiada e solicitante ao status de refugiado no Panamá. Para que a integração local seja eficaz, é necessário ter políticas públicas e estruturas legais e econômicas apropriadas que promovam essa solução duradoura.

### **4.32. PORTUGAL**

Em dezembro de 2018, foi inaugurado em Portugal um centro de acolhimento de refugiados. De acordo com o Conselho Europeu para Refugiados, “o CAR II é o maior Centro de Acolhimento de Refugiados do país e surge 12 anos depois do CAR I e seis anos após a abertura da Casa de Acolhimento de Crianças Refugiadas”. O primeiro-ministro do país criticou os países da União Europeia que se manifestam contra a obri-

gação de acolher pessoas refugiadas: “Quando nós – que vivemos no continente e na região do continente mais rica e que mais oportunidades tem dado aos seres humanos para se desenvolverem, que é a União Europeia — ouvimos vozes reclamando e protestando contra a ideia de que a Europa tem o dever de acolher esses seres humanos, não podemos deixar de nos sentir chocados e revoltados”.

### **4.33. REINO UNIDO**

O governo britânico, em conjunto com a ACNUR e com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), criou um programa, que se iniciou em janeiro de 2014 e promete abrigar 20 mil refugiados até 2020. O Sistema de Reassentamento de Pessoas Vulneráveis é um dos maiores programas para refugiados já promovidos no país. Desde 2010, o Reino Unido acolheu 28 mil crianças refugiadas, chegando a receber elogios do representante do ACNUR no país por conseguir num curto período de tempo montar a estrutura para receber os refugiados.



#### **4.34. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

De acordo com a ONU, a situação humanitária da República Democrática do Congo é uma das mais complexas e desafiadoras em todo o mundo. Apesar dos conflitos que forçaram milhares de congoleses a deixar o país, a República Democrática do Congo também possui mais de meio milhão de refugiados de países vizinhos e continua recebendo pessoas vindas do Burundi, República Centro-Africana e Sudão do Sul. Ainda de acordo com o ACNUR, “as necessidades de proteção, em particular para os mais vulneráveis, são enormes, e os desafios de obter ajuda para os necessitados estão aumentando; o fortalecimento da saúde pública, saneamento e abastecimento de água para prevenir doenças continua a ser vital” e agora classifica partes do país como uma emergência de nível 3 (o nível mais alto), o que significa necessidade urgente de aumentar a assistência já prestada pela agência.

#### **4.35. REPÚBLICA DO CONGO**

Não se sabe muito sobre sua política de refugiados, mas a República do Congo é um país africano que faz fronteira com Camarões, República Centro-Africana e com a República Democrática do Congo - país do qual se assemelha muito quando a questão é política externa.

#### **4.36. FEDERAÇÃO RUSSA**

O número de refugiados na Rússia é baixo, somando 600 pessoas no fim de 2016, comparado às 151 mil solicitações de refúgio registradas em 2015. Apesar disso, há a inclusão de asilados temporários no Programa de Compatriotas do Estado, que permitiu a muitos refugiados a obtenção da cidadania russa por meio de um procedimento simples. A crise econômica e a difícil entrada no mercado de trabalho russo foram fatores determinantes para essa queda. A integração do Serviço Migratório, que até então era uma agência independente, ao Ministério do Interior foi uma das maiores mudanças na política migratória russa nos últimos anos. Além disso, em julho de 2016, o governo formulou



uma lei que permite que as Cortes do país livrem de pena os imigrantes (portadores de permissão de residência) que cometessem crimes pequenos ou por uma única vez; antes dessa lei, mesmo os crimes menores cometidos por migrantes poderiam resultar em expulsão do país.

### 4.37. SUÍÇA

Faz parte da tradição humanitária da Suíça acolher pessoas que são perseguidas nos seus países por questões políticas, étnicas ou religiosas. A Lei de Asilo suíça conceitua refugiado como “pessoas perseguidas em seus países natais devido a sua raça, religião, nacionalidade, filiação a um certo grupo social ou em virtude de convicções políticas ficando expostos a graves riscos ou sofrendo medo fundamentado em indícios”. Esse conceito se baseia na Convenção das Nações Unidas ao Estatuto do Refugiado, ratificada pela Suíça. Além disso, no país, as condições da estadia dos refugiados dependem unicamente da situação individual de cada um.

### 4.38. TURQUIA

De acordo com o jornal internacional *El País*, os 28 países-membros da União Europeia fecharam um acordo, em 2016, com o governo turco para devolver ao país todo estrangeiro que chegar ilegalmente à costa grega. Segundo Angela Merkel, chanceler alemã, o acordo foi “um grande passo” e ainda que “Com isso, voltamos ao princípio: que o asilo é pedido no ponto de chegada e que o refugiado não escolhe aonde ir”.

### 4.39. URUGUAI

O governo uruguaio vem, desde 2009, implementando um projeto de reassentamento, que já permitiu a transferência de 69 colombianos e 32 sírios para o país e, agora, o programa beneficiará também refugiados de outras partes da América Latina. De acordo com a ONU, os recém-chegados da América Central receberão acompanhamento de uma equipe de profissionais, responsáveis por facilitar sua integração social, econômica e cultural. Essas famílias serão realocadas em quatro regiões no interior do país e com esse apoio garantirão sua autossuficiência.



#### 4.40. VENEZUELA

Segundo a ONU, a crise político-econômica na Venezuela gerou um fluxo migratório que já está quase no nível do fluxo de refugiados do Mediterrâneo, em 2015. Com essa crise, mais de 2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país.

### 5. DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

O Documento de Posição Oficial trata-se de um texto no qual cada delegado deverá expor seu posicionamento acerca do tema. Ele representa um dos instrumentos de avaliação da mesa diretora. Além disso, o DPO também servirá de base para eventuais consultas dos outros delegados. Portanto, é necessário esmero na redação.

O DPO deverá ser elaborado respeitando as normas básicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que se resumem em: fonte Times New Roman tamanho 12, recuo de primeira linha de 1,25, parágrafo justificado, espaçamento entre linhas 1,5 e notas de rodapé com fonte Times New Roman tamanho 10 e espaçamento

simples. As margens do documento deverão ser de 2,00 na esquerda, direita, superior e inferior.

O documento total deve ter uma página, contendo no canto superior direito da folha o símbolo do comitê e o brasão de armas do país no canto superior esquerdo. Abaixo das imagens, um breve cabeçalho com o tema do comitê, o nome da delegação e do delegado. O delegado deve assinar no fim do documento.

Para auxiliar na elaboração do DPO, é importante se guiar pelas seguintes perguntas:

- Como o seu país lida ou lidou com as questões dos refugiados?
- Existe investimento governamental para o auxílio aos refugiados?
- Qual é ou foi o processo utilizado para combater a situação dos refugiados? Comente sobre sua eficácia.

Lembre-se de que essas perguntas servem apenas para direcionamento da pesquisa. O DPO deve ser elaborado em texto corrido e não em forma de perguntas e respostas.



Na elaboração do DPO deve ser evitado o uso de verbos em primeira pessoa e estilos como negritar, sublinhar, colocar em itálico e sombrear. Como se trata de um documento formal, não é permitido o uso de estruturas linguísticas coloquiais.

Não se esqueça de ater-se à política externa do país representado ao elaborar o documento, pois incoerências entre a posição oficial apresentada no DPO e a postura nos debates serão contabilizadas na avaliação final.

A prática de plágio é crime e se for detectado no DPO de alguma delegação, ela terá seu documento anulado e sua nota referente ao DPO zerada na avaliação, portanto, procure fazer o documento com suas palavras para não ter problemas.

A mesa diretora irá recolher o documento na primeira sessão ocorrida no primeiro dia do evento, e as notas deverão ser devolvidas ao fim do evento.



## 6. REFERÊNCIAS

<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/08/entenda-a-crise-dos-imigrantes-venezuelanos-na-fronteira-com-roraima.html>

<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocoou-onda-migratoria-ao-brasil.html>

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)

<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>

<https://nacoesunidas.org/acnur-comemora-60-anos-da-convencao-de-1951-para-refugiados/>

<https://nacoesunidas.org/moradia-e-trabalho-sao-principais-desafios-para-refugiados-e-solicitantes-de-refugio-no-brasil/>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/20/como-os-paises-vizinhos-tem-reagido-a-chegada-de-milhares-de-imigrantes-da-venezuela.ghtml>

<https://noticias.r7.com/internacional/falta-de-oportunidades-marca-realidade-de-venezuelanos-no-brasil-14042018>

<http://envolverde.cartacapital.com.br/refugiados-entre-xenofobia-e-as-oportunidades/>

<https://www.acnur.org/noticias/noticia/2015/6/5b0c210ba/panama-acnur-presenta-ser-una-persona-refugiada-en-panama.html>

<https://nacoesunidas.org/em-parceria-com-a-onu-reino-unido-ja-recebeu-105-mil-refugiados-em-quatro-anos/>  
<https://www.acnur.org/portugues/republica-democratica-congo-rdc/>

<https://www.swissinfo.ch/por/especiais/refugiados>

<http://refugiados.net/1cpr/www/inauguraCAR2.php#contin>

<https://nacoesunidas.org/conselho-de-direitos-humanos-pede-que-venezuela-aceite-assistencia-humanitaria/>



<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/conselho-de-direitos-humanos-da-onu-aprova-resolucao-historica-sobre-venezuela.shtml>

[https://www.hrw.org/sites/default/files/report\\_pdf/venezuela0918port.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918port.pdf)

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/23/exodo-de-venezuelanos-ja-e-maior-que-numero-de-refugiados-que-tentam-chegar-a-europa.ghtml>

<https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/policia-retira-refugiados-a-forca-do-campo-australiano-na-ilha-de-manus.ghtml>

<https://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/declaracao-e-plano-de-acao-do-brasil/>

<https://foreign.gov.bb/>

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071\\_492585.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html)

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45251779>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45228746>

<https://www.acnur.org/portugues/2010/05/25/com-apoio-do-acnur-refugiados-em-botsuana-agora-tem-acesso-a-antirretrovirais/>

<https://observador.pt/2018/11/12/bulgaria-decide-nao-aderir-ao-pacto-global-da-onu-sobre-migracoes/>

<https://observador.pt/2016/05/29/bulgaria-impede-pela-primeira-vez-entrada-de-migrantes/>

<http://m.folha.uol.com.br/amp/mundo/2017/12/1942636-china-teme-crise-e-planeja-campos-para-refugiados-da-coreia-do-norte.shtml>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-05/chineses-sao-os-mais-dispostos-acolher-refugiados-indica-pesquisa-da?amp> <https://www.bbc.com/portuguese/amp/internacional-44936068>



[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/protestos-contrarefugiados-iemenitas-aumentam-na-coreia-do-sul\\_n1093117](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/protestos-contrarefugiados-iemenitas-aumentam-na-coreia-do-sul_n1093117)

<https://expresso.pt/internacional/2018-06-29-Coreia-do-Sul-aperta-leis-sobre-refugiados-para-travarentrada-de-iemenitas#gs.HMSQdEI7>

<https://borgenproject.org/facts-about-refugees-in-singapore/>

[https://www.derechocambiosocial.com/revista052/IMPACTOS\\_CAUSADOS\\_PELOS\\_REFUGIADOS.pdf](https://www.derechocambiosocial.com/revista052/IMPACTOS_CAUSADOS_PELOS_REFUGIADOS.pdf)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/07/internacional/1457352301\\_920991.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/07/internacional/1457352301_920991.html)

<http://envolverde.cartacapital.com.br/emirados-ajudam-refugiados-sirios/>

[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/08/29/interna\\_internacional,984424/venezuelanos-ja-sao-maior-grupo-a-pedir-asilo-nos-eua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/08/29/interna_internacional,984424/venezuelanos-ja-sao-maior-grupo-a-pedir-asilo-nos-eua.shtml)

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/09/12/governo-frances-fara-repasse-de-200-mil-euros-para-ajuda-a-imigrantes-venezuelanos-em-manaus.ghtml>

<https://oglobo.globo.com/mundo/justica-espanhola-concede-permissao-de-residencia-venezuelanos-por-razoes-humanitarias-23167629> <https://observador.pt/2018/06/17/acnur-congratula-se-com-decisao-de-espanha-de-receber-o-aquarius/>

<https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-situacao-insustentavel-de-centro-de-acolhimento-de-refugiados-na-grecia/>

<https://oglobo.globo.com/mundo/italia-propoe-rever-regras-de-acolhimento-de-refugiados-da-ue-22817318>

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/sem-acordo-por-refugiados-italia-ameaca-cortar-verba-da-uniao-europeia.shtml>

<https://indianbarassociation.org/indias-refugee-policy/>

[https://17minionuacnur2016.files.wordpress.com/2016/08/acr-2016\\_dossic3aa\\_irlanda.pdf](https://17minionuacnur2016.files.wordpress.com/2016/08/acr-2016_dossic3aa_irlanda.pdf) <https://exame.abril.com.br/mundo/japao-quer-receber-mais-imigrantes-para-conter-escassez-de-mao-de-obra/>





## Fórum FAAP de Discussão Estudantil – 2019

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

<https://oglobo.globo.com/mundo/libano-anuncia-medida-para-conter-fluxo-de-imigrantes-sirios-14966141>

<https://www.datosmundial.com/europa/liechtenstein/refugiados.php>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45926416>

<https://observador.pt/2018/06/28/noruega-junta-se-a-outros-oito-paises-europeus-que-vaio-receber-migrantes-do-lifeline/>